

3 OS IDOSOS HOJE: DA DESVALIA A ATORES SOCIAIS

3.1 Estudar a 3ª idade: um tema que se impõe

A 3ª idade, realmente, tem sido, nos últimos tempos, objeto de estudo dos mais variados campos da ciência, na medida em que as pessoas idosas vêm despontando como um grupo social emergente, bem como, curiosamente, a longevidade muitas vezes está associada a fenômenos da natureza. Vejamos alguns exemplos:

Gomes (1999, p. 111) faz a seguinte referência: “Hipócrates, médico e filósofo da Grécia antiga, foi o primeiro a designar a senectude como *o inverno da vida*. Para Galeno, um dos pioneiros da medicina, a velhice era uma fase da vida da qual não podiam escapar os que não morriam na juventude e, portanto, devia ser entendida como *vontade da natureza*.”

Peter G. Peterson, banqueiro americano, no livro *Gray Dawn (Aurora Cinzenta)*, assim se expressou: “Há um *iceberg* bem à frente. É o chamado envelhecimento global, e ele ameaça levar as grandes potências à falência.” (LEITE, 26 set. 1999)

A Psicologia do Envelhecimento, área emergente, dedica-se à investigação das alterações do comportamento que acompanham o gradativo decrescer na

funcionalidade dos vários domínios do comportamento psicológico nos anos mais avançados da vida adulta. Importante torna-se destacar que, no momento, há um exame das relações entre a Psicologia do Envelhecimento, a Psicologia do Desenvolvimento e a Gerontologia, que se estabeleceu como ciência antes da Psicologia do Envelhecimento.

Esta ciência encontra um grande desafio: conciliar os conceitos de desenvolvimento e envelhecimento, comumente vistos como antagônicos, tanto por cientistas da área comportamental como pelos leigos no assunto.

Para Neri (apud CASTRO, 1998, p. 52-53):

A idade cronológica é um indicador, e não uma variável independente do desenvolvimento. O envelhecimento e o desenvolvimento são eventos correlatos. Pesquisas atuais oferecem os conceitos de *resiliência* e *plasticidade* que pretendem dar suporte à perspectiva do curso de vida em relação ao desenvolvimento e à velhice, e representam um desafio aos modelos tradicionais, orientados exclusivamente para a velhice.

Prosseguindo a análise, a autora explica que é a resiliência a qual torna possível sustentar e ressarcir os níveis de adaptação. Apesar das adversidades, essa espécie de plasticidade possibilita ao indivíduo manter um desenvolvimento normal em qualquer idade. Quanto à plasticidade propriamente dita, ela permite intensificar a capacidade de manejar com situações negativas e estressantes, apontando para respostas mobilizadoras e construtivas com relação à auto-estima e auto-imagem. Plasticidade pode ser definida como potencial para engendrar mudanças a partir do desprendimento dos significados anteriormente consolidados.

Todas as questões científicas que procuram estudar o envelhecimento têm suas raízes num caldo cultural cuja base situa-se a séculos atrás. A humanidade,

com efeito, sempre visou e ainda visa à imortalidade. Vamos apresentar alguns aspectos do itinerário das análises que pretenderam desvendar o envelhecimento. Entretanto, de acordo com nossos propósitos, não cabe aludir às diferenças que segmentam behavioristas, comportamentalistas, humanistas, culturalistas, entre outras correntes.

Para Rosa (1987, p. 82-83), as primeiras tentativas de lançar as bases científicas do estudo da velhice talvez tenham sido feitas por Bacon, no século XVIII, argumentando que o envelhecimento era causado por práticas higiênicas deficientes. Embora simplórias, essas posições teóricas, ou pretensamente científicas, têm o mérito de tentar indicar uma causa natural para o fenômeno, descartando as explicações míticas ou religiosas até então enfatizadas.

Segundo esse mesmo autor, no começo do século XVII, Benjamim Franklin propagou sua fé na ciência, acreditando que um dia ela iria descobrir as leis que regem o processo do envelhecimento. Ao fim do século XVIII e começo do século XIX, surge a contribuição científica de Adolph Quetelet, que é considerado por alguns, o primeiro gerontologista. É importante registrar que, em sua publicação, ele revela autores franceses e ingleses cuja produtividade literária foi analisada em função de suas idades.

De acordo com Neri (1995, p. 16), na 1ª década do século XX surgiram as primeiras disciplinas voltadas para o estudo do envelhecimento: gerontologia e geriatria, contudo não passando de perspectivas visionárias. Naquela época, considerando-se a sociedade ocidental, o cenário científico era ocupado pelos grandes progressos na qualidade de vida de suas populações graças aos progressos da medicina, à crescente urbanização e à melhoria do ambiente de trabalho. Na ocasião, verificou-se a diminuição da mortalidade infantil e materna,

provocando significativa melhora na expectativa de vida por ocasião do nascimento, bem como o controle de várias doenças, permitindo o crescente aumento da longevidade.

Naquele mesmo período, num contexto de valorização de ganhos, de produtividade e do *vir a ser* representado pela infância, há um despertar do interesse e investimentos nos estudos da criança e do adolescente em contraposição à estagnação do desenvolvimento e ao caráter involutivo da velhice.

Testes feitos para selecionar oficiais para a 1ª Grande Guerra nos Estados Unidos, onde o desempenho de pessoas de mais idade foi desfavorável, contribuiu decisivamente para um modelo deficitário do desenvolvimento mental na vida adulta, que, de certa forma, perdura até hoje.

A partir de 1928, foram realizadas as primeiras pesquisas sobre a velhice, abordando aprendizagem, memória e tempo de reação, que serviram para modificar as definições consolidadas com aqueles testes feitos de forma inadequada e procedimentos equivocados, acarretando a produção de um resultado totalmente duvidoso, segundo analistas. A mesma autora prossegue, afirmando que, nos anos 50, Erikson, com seus estudos, veio a contribuir de forma decisiva na mudança de tais concepções.

Mas foi nos anos 70 que suscitou a teoria do curso de vida, importante marco na evolução do estudo da idade adulta. Esta teoria emergiu a partir do fenômeno em que os Estados Unidos e a Europa passaram a experimentar um aumento considerável na proporção de pessoas idosas e o declínio simultâneo na dos mais jovens em sua população. Como conseqüência, ocorreu uma intensificação dos esforços de pesquisa na área do envelhecimento. Concomitantemente, a sociedade como um todo passou a preocupar-se com as implicações desse fenômeno na área

da saúde, educação e seguridade social. Ou por outra: houve alterações nas políticas públicas, que consolidaram o Estado do Bem-Estar Social. Nos anos 80 e 90, proliferaram-se os estudos sobre a otimização das capacidades latentes nessa fase da vida.

Os anos que se seguiram após a 2ª Grande Guerra também foram decisivos nesses estudos e as disciplinas científicas sofreram a influência de fatores sociais e políticos. Com a Guerra Fria, houve um impulso reformista na sociedade americana, que competia com o desenvolvimento soviético. Por isso, os cientistas comportamentais e educadores foram convocados. Impunha-se urgência, mas havia poucos adultos jovens para serem alvos do esforço concentrado. Tornou-se necessário recrutar entre os mais velhos os recursos humanos necessários e estes foram representados principalmente por mulheres, já que a 2ª Guerra havia dizimado grande contingente de homens em idade produtiva. Assim, as mulheres de meia idade, transformaram-se em principais sujeitos das pesquisas psicológicas e sociológicas. Coincidentemente, tais pesquisadores, que haviam feito suas carreiras estudando a infância e a adolescência, estavam envelhecendo. Estes, provavelmente, não encontravam mais na Psicologia do Desenvolvimento uma resposta satisfatória para a realidade pessoal do envelhecimento, nem para a velhice. Segundo Neri, teria sido esse um dos motivos para o planejamento e a execução de um grande número de estudos nos anos que se seguiram.

Os pesquisadores passaram a pressionar as políticas públicas, os meios de comunicação e a ciência por maior visibilidade social e mais oportunidades educacionais e de ocupação e, sobretudo, negaram-se a aceitar o rótulo de velhos porque eram sadios e produtivos, isto é, não correspondiam aos estereótipos sociais nem aos científicos. Estava impulsionada a teorização na perspectiva do curso de vida.

Contudo, apesar dos grandes passos dados na elaboração da Psicologia do Envelhecimento nos últimos trinta anos, conclui-se que a disciplina ainda encontra-se em sua fase inicial.

Estudar a 3ª idade é, portanto, de fundamental importância na medida em que os idosos se tornam pessoas cada vez mais presentes pela crescente expansão, e na medida em que se entende ser o seu significado relevante para compreendermos todo o ciclo vital.

Passemos, então, à palavra de Almeida (1999, p. 121):

[...] o crescente envelhecimento populacional vem colocar a velhice como um marco importante do ciclo de vida. A velhice torna-se um fenômeno de representação social nos diferentes grupos e segmentos sociais, tema de debate na mídia e nas conversas cotidianas, objeto de políticas públicas e de pesquisas científicas, nas diferentes áreas do conhecimento.

Sabemos que o ciclo da vida inicia-se com o nascimento, passa pelo crescimento e amadurecimento, concluindo o processo com o envelhecimento e a morte. Sabemos, também, que os seres humanos desfrutam da maior parte de sua existência como adultos. Mesmo assim, embora pareça estranho, conhece-se muito menos do desenvolvimento psicológico da vida adulta e da velhice do que dos outros períodos vitais.

Baltes (1995, p. 12) alerta-nos para um aspecto curioso:

Paradoxalmente, a velhice é jovem. De um ponto de vista histórico-cultural, a velhice é jovem porque, tanto científica como socialmente falando, é o período etário menos desenvolvido, ou sobre o qual dispomos de menos conhecimentos. A Gerontologia é jovem como ciência.

É jovem, ademais, pois esse período da vida, após o período produtivo, é inaugurado muito recentemente na história da humanidade. Na modernidade,

descobre-se a infância como uma fase distinta da vida adulta, descobre-se a adolescência/juventude e, recentemente a 3ª idade, em especial, a partir da consolidação de políticas sociais segundo o Estado do Bem- Estar.

O interesse por esse campo de conhecimento é relativamente recente. É Neri (1995, p. 13) quem interroga:

Por que a vida adulta e a velhice só começaram a ser estudadas sistematicamente no final dos anos 50, quando a teorização e a pesquisa sobre a infância já tinham quase meio século de existência? Que razões de natureza social somaram-se às científicas para produzir a grande expansão do conhecimento sobre a idade adulta e a velhice nos últimos 25 anos?

Consideramos, igualmente, que existem interrogações distintas: uma pretende ocupar-se do envelhecimento como declínio das capacidades humanas; outra centra suas atenções no prolongamento da vida, isto é, longevidade e suas conseqüências.

Efetivamente, podemos afirmar que, na década de 70, esboçou-se um emergente estudo do envelhecimento, levando-se mais em consideração os aspectos sociológicos do que os psicológicos. Muitos fatores contribuíram para que isso ocorresse, tais como: a diminuição da natalidade e o conseqüente crescimento da quantidade da população idosa, as contribuições importantes no âmbito metodológico advindas da Gerontologia, as pesquisas evidenciando os aspectos sociológicos do desenvolvimento no ciclo da vida, a consolidação de políticas sociais com ênfase na velhice.

Almeida (1999, p. 24) manifestando-se a respeito, arrisca-se até a afirmar que o envelhecimento dos próprios pesquisadores foi importante para desencadear esse estudo, fazendo suas investigações coincidir como seu próprio momento de vida. Os estudos sobre longevidade, principalmente no campo da medicina, romperam com a idéia de velhice como lugar exclusivo do declínio e da exclusão. Ilustra tal fenômeno

a concomitância entre pesquisadores “seniors” e a implantação de políticas de bem-estar para a 3ª idade, especialmente na saúde, aposentadoria e lazer.

A partir do enfoque de que a produção de conhecimento tem caráter histórico e contextualizado, nos anos 80 e 90, despontam novas áreas de interesse, advindas das necessidades sociais associadas ao envelhecimento populacional e à longevidade. Neri (1995, p. 27) comenta que

As novas demandas sociais também têm exercido pressão sobre a pesquisa, no sentido de explicar os determinantes e as características das mudanças da velhice, que se tornam cada vez mais visíveis e, quando patológicas, cada vez mais onerosas para a sociedade.

Percebe-se que o aumento da produção científica sobre os fatores que determinam a velhice ou longevidade e as características desse processo vêm acompanhado de uma gradativa mudança de mentalidade em relação aos idosos, admitindo-se ser a velhice considerada uma fase na qual há desenvolvimento, e não exclusivamente perdas e incapacidades.

Um dos importantes líderes da pesquisa a respeito do tema é o alemão Paul Baltes, que, desde 1970, vem reunindo uma notável equipe de pesquisadores, constituindo-se num eixo norteador, ao redor do qual se articulam trabalhos com diferentes abordagens teóricas e metodológicas. Almeida (1999, p. 124) assim analisa a importância desse trabalho:

Em síntese, na perspectiva propagada por Baltes, o desenvolvimento é compreendido de forma multidimensional e multidirecional, no qual certas capacidades se desenvolvem com a idade e outras declinam: crescimento e declínio, ganhos e perdas interpenetram-se em um processo dinâmico. A ação conjunta e interativa de múltiplos fatores ligados à idade, à história social e à história pessoal dos indivíduos determina o curso do desenvolvimento.

Relevantes colaborações no desencadear das pesquisas sobre a velhice foram as publicações de Simone de Beauvoir, a partir da década de 70. Seus estudos como filósofa e militante da causa feminista dissecam os problemas da velhice e suas denúncias renovam os conceitos como os de que a velhice seja um tabu, sugerindo maior envolvimento dos governos e da sociedade que se julga civilizada. Com base em dados da ciência e da literatura, ela instiga a sociedade no sentido de abandonar a hipocrisia que simula ignorar ou conseguir controlar os efeitos de uma realidade incômoda com a presença cada vez mais constante de velhos. Ainda: procura desmistificar uma realidade construída a partir do sentimentalismo e observações superficiais com respeito às relações dos longevos com o seu entorno. Passemos a palavra à autora: "Para a sociedade, a velhice aparece como uma espécie de segredo vergonhoso do qual é indecente falar". (BEAUVOIR, 1970, p. 8).

O discurso gerontológico brasileiro foi fortemente influenciado pelas denúncias de Simone de Beauvoir contra a "conspiração do silêncio" que encarava o idoso sob a perspectiva de miséria. Contudo, tal discurso foi surpreendido pelo enorme interesse acadêmico demonstrado pelo tema, cujas pesquisas passaram a revelar uma outra imagem contrastante de pessoas lúcidas, ativas e até lançadas na mídia como fonte de recursos.

No Brasil, a sistematização dos estudos sobre os velhos não é recente. Já na década de 60, foi fundada a Sociedade de Geriatria; em 1978, a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia; e, em 1982, a Associação Nacional de Gerontologia. Esses órgãos foram e são os impulsionadores dos cursos de formação de especialistas e publicações do gênero. Da mesma forma, não se pode deixar de destacar a experiência pioneira do Serviço Social do Comércio (SESC) que, no nosso país, ofereceu e oferece espaço para a reflexão sobre a questão da velhice e para uma prática voltada à melhoria das condições de vida da pessoa idosa. (DEBERT, 1999, p. 196-197).

Por conta da tentativa de reverter a solidão e marginalidade a que ficam expostos os sujeitos idosos, vimos nascer a invenção da 3ª idade, em 1956, expressão atribuída ao gerontólogo francês Huet (HADDAD, 1986, p. 25) para designar um período entre a aposentadoria e a velhice, mas também uma época de retomada de sonhos frustrados e de novas descobertas. A expressão atualmente está associada a qualquer idoso, mesmo em idade mais avançada.

Naquela mesma época, adquire força expressiva a abordagem holística e multidisciplinar da Gerontologia, evidenciando os aspectos biopsicossociais e as questões de qualidade de vida dos idosos.

No Brasil, uma das precursoras nas investigações interdisciplinares a respeito dos idosos foi Ecléa Bosi, que publicou a famosa obra *Memória e Sociedade*, na qual, ao colher memória de velhos, expõe velhos narradores que aparecem vinculados por uma noção tão entranhada do trabalho e das relações sociais que, aos poucos, configura, de fato, uma classe duas vezes oprimida: pela dependência social e pela velhice.

No momento, as pesquisas predominantemente investigam a velhice em uma perspectiva interdisciplinar. O fenômeno do envelhecimento é analisado sob seus principais ângulos: biologia, psicologia e sociologia. Além disso, observa-se que o foco centrado no estudo da velhice é comparável ao do estudo da infância, com grande ênfase aos aspectos sociais nele envolvidos. De modo particular, há a abordagem sociológica, especialmente devido à construção de políticas sociais em face a um problema social

Torna-se indispensável destacar que muitas conclusões baseavam-se em estudos realizados em pessoas de faixa etária elevada, residindo em asilos, desamparadas e/ou doentes, desencadeando generalizações equivocadas para

todos os indivíduos da mesma idade, sem necessariamente possuírem as características mencionadas. Agora, tais investigações são estendidas para pessoas idosas saudáveis, que mostram aspectos menos dolorosos de ser velho.

Nos últimos 20 anos, assistimos à eleição da velhice como um tema privilegiado se considerarmos os desafios que apresentam à sociedade brasileira contemporânea. Agora, quando emergem debates sobre políticas públicas, nos confrontos eleitorais, e até na definição de novos mercados de consumo e novas formas de lazer, o idoso é um ator que comparece no conjunto dos discursos produzidos.

As inquietações da sociedade decorrentes do impacto provocado pela população envelhecida, seguramente, vão além do volume numérico que ela representa. O envelhecimento, hoje, traduz-se em uma questão que adquire expressão e legitimidade no âmbito das preocupações sociais do momento. Para Debert (1999, p. 12): "Considerar que as mudanças nas imagens e nas formas de gestão do envelhecimento são puros reflexos de mudanças na estrutura etária da população é fechar o acesso para a reflexão sobre o conjunto de questões que interessa pesquisar".

A mesma autora, mais adiante, expõe, considerando especialmente a função social e as conseqüências da longevidade, que existe "uma socialização progressiva da gestão da velhice; durante muito tempo considerada como própria da esfera privada e familiar, uma questão de previdência individual ou de associações filantrópicas, ela se transforma em uma questão pública". (DEBERT, 1999, p. 13).

Não é mais possível enclausurar um contingente que se avoluma e requer visibilidade. As pessoas idosas que, cada vez mais, sobrevivem com saúde e lucidez extrapolam as quatro paredes do lar, ganham espaço ao lado das gerações jovens e, por isso, tendem a absorver as pautas das decisões públicas e sociais.

Debert (1999) alerta-nos sobre o perigo que há em outro aspecto que também está em evidência - o processo de reprivatização, transformando a velhice numa responsabilidade individual, podendo, assim, desaparecer do leque das preocupações sociais. A inquietação da autora está reproduzida no que alguns estudiosos chamam de ideologia da velhice.

É difícil tratar do contingente populacional da 3ª idade sem ser influenciado pelo que se chama "ideologia da velhice". Esse modo de tratamento é condicionado pela idéia de que envelhecer bem só depende do próprio indivíduo, mantendo-se ativo, engajado e útil, apesar das perdas biológicas, econômicas, sociais e psicológicas. De acordo com tal discurso, para todas as pessoas, o processo do envelhecimento deve ser satisfatório. Essas teorias foram concebidas nos anos 50 e 60, com o advento da longevidade populacional da Europa e dos Estados Unidos. Tal ideologia foi logo absorvida indiscriminadamente pela gerontologia brasileira a qual sem considerar que respaldaram uma ideologia de velhice referente a culturas e momentos históricos diferentes, e, fazendo uso dela estaria criando uma armadilha. A concepção de que só depende do indivíduo envelhecer bem, independente de perdas e incapacidades, ratifica os interesses do Estado, que se encontra na impossibilidade de conceder e gerir os benefícios sociais devidos aos seus aposentados.

Neri (1995, p. 37) sublinha que "A adoção de posturas públicas conjunturais, imediatistas e carentes de visões sociocultural e demográfica de longo prazo é igualmente facilitada pela disseminação dessa ideologia".

O ponto mais cruel dessa ideologia refere-se ao fato de que a velhice é dominada por doenças, perdas e incompetência comportamental de origem biológica, sendo compartilhada pela medicina e gerontologia. Tais características apregoadas funcionam como suporte no mundo do trabalho, o qual descarta

trabalhadores que se tornam obsoletos em virtude da falta de oportunidade para acompanhar as mudanças tecnológicas, educacionais e econômicas, e tem como argumento que eles tornaram-se biológica e intelectualmente despreparados para enfrentar novos desafios e exigências.

Num outro sentido, o papel social atribuído possui uma relação direta com os níveis de emprego. Se numa época, por exemplo, pessoas de idade foram chamadas para o exercício profissional, noutras circunstâncias, de alta taxa de desemprego, tanto os que estão saindo ou já saíram do mercado de trabalho, quanto os que anseiam nele ingressar, encontram muitas dificuldades: "Quem está fora quer entrar e quem está dentro faz de tudo para não sair".

Surge, então, um fenômeno que auxilia no entendimento e na caracterização do conceito de 3ª idade. Considerando o mercado formal de trabalho um importante divisor, ou designado propriamente como 2ª idade, tem-se o período precedente denominado como 1ª idade, e o posterior como 3ª idade.

Importante aliada nos estudos sobre essa categoria social tornou-se a Universidade, ajudando a consolidar uma nova visão dessa fase da vida, opondo-se ao modelo geriátrico tradicional, influenciado pela ideologia da velhice. Sob tal ótica, "o viver bem não se reduz a uma questão do querer individual. Ele deve ser, isto sim, o resultado da vontade coletiva, legitimada pelo reconhecimento público e pelas ações políticas que daí decorrem." (BAKKER FILHO, 2000, p. 33).

A primeira Universidade da 3ª Idade surge em 1973, na França (Toulouse), por iniciativa de Pierre Vellas, cujas idéias irradiaram-se mundo afora. (BAKKER FILHO, 2000, p. 33).

Atualmente, a Associação Internacional das Universidades da 3ª Idade reúne essas universidades que, com diversidade em sua natureza, podem ser reagrupadas

em consonância com as linhas de ação: a de ensino, de pesquisa ou de prestação de serviços à coletividade. Comenta Novaes (1997, p. 147):

[...] convém assinalar que a pesquisa pode ser feita para os idosos, com os idosos ou pelos próprios idosos que se sintam envolvidos no processo de investigação, integrando conhecimentos e provocando a participação dinâmica no processo da pesquisa. Isso traz à tona a questão do idoso como sujeito ou agente de pesquisa.

Sem dúvida, tal forma de celebrar a 3ª idade representa o pagamento de uma dívida social que os jovens têm para com os velhos. Por conseguinte, promover uma velhice bem sucedida é uma questão de justiça social, embora surjam críticas a esses programas, acusando-os de “gueto dos velhos”, isto é, mais uma forma de levá-los à segregação.

Acredita-se, porém, que os aspectos positivos sejam mais numerosos. Há um verdadeiro sucesso nessa mobilização, que, além de possibilitar a aquisição de conhecimentos, acenar com possibilidades de profissionalização, ela cria o que poderíamos chamar de “cultura da 3ª idade.”

Segundo Debert (1999, p. 162):

[...] programas foram e estão sendo criados para resgatar a dignidade do idoso, reduzir os problemas da solidão, quebrar os preconceitos e estereótipos que os indivíduos tendem a internalizar. Trata-se de valorizar o cidadão de mais idade, criando espaços para o lazer, mas também para o *treinamento no exercício da cidadania* como gostam de dizer, com entusiasmo, seus promotores.

As investigações a respeito da temática 3ª idade e as conseqüentes atividades voltadas para essa categoria populacional representam, sem dúvida, importante avanço na sua inclusão social, deveras marginalizada. Na nossa pesquisa, efetuada

junto a um grupo organizado, com objetivos voltados para pessoas nessa faixa etária, buscamos, entre outras intenções, investigar o valor das áreas específicas de debate sobre questionamentos, inquietações e oportunidade impar de ampliar conhecimentos, como é o caso das questões ambientais.

3.2 Idosos: de geração desamparada à agente social institucionalizado

A construção da velhice encontra-se diretamente ligada aos aspectos culturais e sociais, sendo o resultado da interação de fatores biológicos inseridos no contexto social.

Na longa história da experiência humana, pode-se afirmar que a longevidade, mais ou menos generalizada, é um fato relativamente novo. Como a média de vida era relativamente muito pequena, a maioria das pessoas morria ainda jovens e os que atingiam a uma idade mais avançada não tinham sequer a chance de refletir sobre essa etapa, tal era a sensação de inutilidade e descaso a que estavam relegados.

Com as conquistas científicas e tecnológicas do último século, permitindo o advento da longevidade, a sociedade passou a preocupar-se com esse contingente populacional, que já não era capaz de produzir mais e requeria cuidados especiais devido às limitações impostas pelo passar dos anos.

Viver eternamente, com saúde e conforto, sempre foi o sonho da humanidade. Hoje, acredita-se, mais do que nunca, de nada adiantar viver por longos anos, se a vida for condenada a uma existência sem significado. Sabe-se, também, que o "viver bem" não se reduz à questão do querer individual. Ele é o fruto de intenções

coletivas, fundamentadas em reconhecimento público, e de políticas públicas que amparem a quem alcançou a uma idade avançada. Considerando serem as pessoas na ativa que promulgam novas leis e reconhecem os direitos, Bosi (1987, XVII), ao denunciar o descaso com a velhice, e, chamando a atenção para a responsabilidade das gerações que detêm o poder, apregoa: "O velho não tem armas. Nós é que temos que lutar por eles". Esse chamado à ação deve-se ao fato de que aquele o qual hoje está com toda a energia, amanhã poderá estar, de alguma forma, na mesma situação.

Embora, hoje, a terceira idade esteja vivendo a euforia de um envelhecimento bem sucedido, por conta de reais capacidades que possuem, atingindo etapas avançadas da vida com lucidez e autonomia, não se pode esquecer de que, paralelamente, há um grande contingente de idosos os quais não são capazes de gerenciar suas próprias vidas.

Sem sombra de dúvida, há um grande número de idosos sem atividade nenhuma e sem expectativas, totalmente impotentes e desamparados, sofrendo um complexo tipo de violência, que pode ser explícito ou velado. Os idosos podem ser alvo de "maus-tratos" físicos, como falta de alimentação, higiene e medicação, entre outros. Como eles podem ser sutis, como o isolamento, a falta de privacidade ou a administração abusiva de ansiolíticos ou antidepressivos, isso pode torná-los mais passivos, ou até alienados. É para esse tipo de idoso que a sociedade precisa voltar-se e intervir de forma interdisciplinar.

Outra forma de negligência para com a pessoa em idade avançada ocorre quando, após a aposentadoria, principalmente as mulheres, continua a sustentar filhos adultos ou netos. Para Ibias (2002, p. 252-253) isso também é violência: "A violência é caracterizada quando, em função dessa *ajuda* aos outros, a sua vida

perde em qualidade, em conforto, em atendimento ao lazer. A autonegligência também pode ser considerada uma forma invisível de violência". Diante disso, perguntamos-nos: Como, então, compreender a solidariedade entre gerações? Como compreender uma ação altruísta ou a construção do significado da vida voltado para a alteridade?

Nossa sociedade não percebeu suficientemente que precisa ajudar a construir novos significados para a velhice, entre outros, o de que ela não só proporciona benefícios para a própria pessoa que tem vida longa. Como também propicia ganhos na dimensão psicológica, espiritual e social. Os velhos e velhas são a própria história viva, e a convivência entre as gerações desenvolve o equilíbrio, a afetividade e as atitudes de tolerância e a solidariedade. Conviver com os idosos permite aos jovens que mudem seu "olhar sobre o velho", constituindo-se numa melhor compreensão do fenômeno e uma melhor preparação para atingirem essa mesma etapa na vida. Na opinião de Novaes (1997, p. 164-165):

Nessa troca de energia, os jovens realmente transmitem sua juventude e recebem a escuta e a indulgência de que carecem; os velhos dão sua sabedoria e compreensão e beneficiam-se com a alegria e a espontaneidade dos jovens. Assim, cada geração pode se redescobrir nas suas diferenças e similitudes. O fundamental é que troquem idéias, comuniquem-se e, sobretudo, relacionem-se.

As transformações que as famílias sofreram nos últimos anos com a diminuição do seu tamanho, suas moradias, a presença da mulher no mercado de trabalho, a dispersão de parentes consangüíneos e o aumento da expectativa de vida, tornaram a presença das pessoas idosas mais e mais difícil nos lares, principalmente àqueles que necessitam de cuidados especiais, como uma companhia constante, capaz de administrar uma alimentação adequada e medicamentos em horários certos. Essa

falta de suporte familiar, desencadeia um número cada vez mais significativo de idosos a viverem em instituições, como casas geriátricas, ou simplesmente asilos.

A decisão de transferir o idoso para um asilo costuma ser dolorosa demais quando a decisão parte da família. Por isso, muitas vezes não consegue adaptar-se, desenvolvendo estresse, e ocasionando muita perturbação em sua saúde. Tal alternativa costuma ser menos traumática quando a sugestão de viver coletivamente é sugerida pelo próprio idoso, que, em pouco tempo, consegue adaptar-se e viver de maneira até satisfatória.

Para os idosos que mantêm relativa saúde e disposição, existem outros arranjos de vida, como co-residir com filhos, de maneira mais ou menos independente, ou, no caso de possuírem cônjuges, o melhor é que o casal viva junto, sendo essa opção a apontada pelos estudiosos como a menos problemática.

Numa sociedade capitalista industrial, ser velho quase sempre significa ser improdutivo. Por isso, a aposentadoria é, muitas vezes, chamada de institucionalização da velhice. Quem se aposenta do trabalho, não raro, aposenta-se também da vida. Conforme Almeida (1999, p. 128): “[...] nessa simbiose que se opera entre aposentadoria e velhice, acentua-se a idéia de perda da capacidade produtiva e de inutilidade do ponto de vista social”.

Desta maneira, a aposentadoria que foi concebida como um “prêmio” para quem trabalhou arduamente e deveria merecer um descanso, passa a ser, muitas vezes, um momento desastroso. Na concepção de grande parte dos homens e mulheres, até a véspera de completarem a idade-limite para a aposentadoria, são cidadãos que contribuem com seu trabalho e valor para a sociedade, no dia seguinte, passam a ser dependentes dessa mesma sociedade.

Chopra (1999, p. 23) critica:

Nos primeiros anos após a aposentadoria, as estatísticas de enfartes e câncer aumentam drasticamente, e a morte prematura abate homens os quais eram saudáveis até o dia em que se aposentaram. *A morte por aposentadoria precoce*, como a síndrome é chamada, depende da percepção de que os dias úteis da pessoa terminaram; trata-se apenas de uma percepção, mas para quem a sustenta com firmeza é suficiente para criar doença e morte.

Eis, portanto, uma questão de ajuste necessária aos seres humanos que necessitam aceitar a realidade de envelhecer e de uma preparação emocional para o momento. Uma atitude positiva pode ser, ao longo da vida, a pessoa concentrar-se em diferentes tipos de interesses, capazes de manter sempre uma motivação para a vida de qualquer forma. Ela deve ter em mente a perspectiva de mudar de uma atividade criativa para outra, também criativa, a fim de conservar o sentimento constante de participação e de benefício para a sociedade.

Parece ser esse o espírito que move atualmente os grupos de 3ª idade e associações de aposentados, que conseguem redimensionar esse estágio da vida. Por outro lado, é imprescindível garantir a aposentadoria a todos que atingirem a idade-limite, mesmo porque grande parte daqueles que chegam a esse patamar encontra-se fatigada, com a saúde e até a capacidade psicológica debilitadas para refletir sobre uma possível crise existencial.

O primeiro país a reconhecer a necessidade de um tratamento diferenciado para as pessoas em idade avançada foi a Alemanha, quando Bismark, em 1889 sancionou a lei de aposentadoria aos trabalhadores que completassem 70 anos de idade, ainda que soubesse ser a expectativa de vida na Europa, naquela época, de 50 anos. A Bélgica, a Áustria e os Países Nórdicos legalizaram a aposentadoria ainda no final do século XIX; a Inglaterra, em 1915, e a França, somente em 1928. Nos Estados Unidos, após longos anos de pressão e greves, esses direitos foram reconhecidos somente em 1930, com a aposentadoria dos trabalhadores aos 65 anos de idade. (GUIDI, 1994, p. 143).

No Brasil, os primeiros passos nesse sentido foram dados em 1923, com a Lei 4862, de 24 de janeiro, denominada Lei Elói Chaves, que determinava a criação de uma caixa de aposentadoria e pensões para os empregados das estradas de ferro do País, ponto de partida para a previdência social brasileira. A década de 20 foi marcada por muitas greves, quando as lideranças partidárias colocavam a aposentadoria entre as principais reivindicações e obrigou em 1930, Getúlio Vargas a criar o Ministério do Trabalho. Foi um acanhado início das conquistas de todos os trabalhadores, abrangendo as questões de aposentadoria. (GUIDI, 1994, p. 144).

Sabemos que os avanços ocorreram de forma lenta e muito desigual.

Até os anos 40 eram quase inexistentes as aposentadorias no País. As companhias de seguros atendiam, de forma precária, às solicitações de pequena parcela da população urbana nesse setor. Os governos aposentavam funcionários, quando efetivos, em níveis muito modestos e sempre com perdas salariais. (FREITAS, 1994, p. 114).

Somente em 1960, houve a unificação da previdência, concedendo aposentadoria por invalidez, velhice, tempo de serviço e a ex-combatentes.

Em 3 de dezembro de 1982, a Organização das Nações Unidas publica a Declaração dos Princípios para os Idosos, que relaciona 18 itens, divididos em cinco princípios básicos:

INDEPENDÊNCIA – Idosos devem ter acesso a comida, água, abrigo, roupas e cuidados médicos; devem ter oportunidade de trabalho e estudo, e devem morar em sua própria casa o maior tempo possível.

PARTICIPAÇÃO – Idosos devem permanecer integrados à sociedade, participando da elaboração e da implementação de políticas que afetem diretamente o seu bem-estar; devem desenvolver maneiras de servir à comunidade e dividir seus conhecimentos com os jovens.

BEM-ESTAR – Idosos devem ser beneficiados pela proteção dos familiares ou da comunidade, por serviços legais e de assistência social, por planos de saúde; devem ter direitos humanos respeitados.

DESENVOLVIMENTO – Idosos devem estar aptos a buscar oportunidade para desenvolver seus potenciais e ter acesso aos recursos educacionais, culturais, religiosos e de recreação que a sociedade ofereça.

DIGNIDADE – Idosos devem viver com dignidade e segurança, livres de explorações e maus-tratos; devem ser tratados com justiça, independentemente de sua idade, sexo ou raça. (LEITE, 26 set.1999).

No momento, a Constituição Brasileira, promulgada em 1988, tem dado mais atenção às minorias, especialmente aos velhos. No dizer de Lacerda (1994, p. 135), ela pode ser vista como liberal, ao consagrar os direitos individuais, e, progressista, ao consagrar os direitos sociais.

A corrente ideológica liberal progressista dessa Constituição é observada em seus aspectos gerais nos artigos 3º e 5º, como observamos.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor *idade* e quaisquer outras formas de discriminação.”(grifo nosso).

Art.5º *Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade[...] (grifo nosso).*

Esses artigos, contendo os princípios fundamentais de nossa Constituição, asseguram igualdade aos idosos, embora o art. 14 revele uma visão preconceituosa da velhice, inserindo-os entre os analfabetos e relativamente incapazes. Vejamos:

Art.14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

I - plebiscito;

II - referendo; e

III - iniciativa popular.

§ 1º O alistamento eleitoral e o voto são:

I - obrigatórios para os maiores de dezoito anos; e

II - facultativos para:

a) os analfabetos;

b) *os maiores de setenta anos*; e

c) *os maiores de dezesseis anos e menores de dezoito anos [...]* (grifo nosso).

Por sua vez, os artigos 229 e 230 contemplam as pessoas em idade avançada com importantes garantias. Textualmente:

“Art.229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e *amparar os pais na velhice*, carência ou enfermidade.” (grifo nosso).

Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar *as pessoas idosas*, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

§ 1º Os programas *de amparo aos idosos* serão executados preferencialmente em seus lares.

§ 2º Aos *maiores de sessenta e cinco anos* é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos. (grifos nossos)

Já em 1989, surge a Portaria Ministerial nº 810, estabelecendo normas para o atendimento de idosos em clínica de repouso, clínicas geriátricas e outras

instituições geriátricas em relação à organização, administração, área física, instalações e recursos humanos. (I.R. DA SILVA, 1998, p. 29).

Com certeza, se dependesse exclusivamente da Carta Constitucional e demais recursos jurídicos que surgiram, aos idosos seria dado um tratamento especial e adequado. Contudo, sabemos encontrar-se distante de tal realidade. Para tanto, “[...] é necessário que todos os brasileiros assumam em plenitude a cidadania e o idoso, em particular, ocupe seu lugar, convencido de que não é um cidadão de segunda classe mas uma pessoa mais bem dotada cronologicamente”. (LACERDA, 1994, p. 139).

Em 04 de janeiro de 1994, foi instituída a Lei nº 8.842, que dispõe sobre os princípios e diretrizes gerais da Política Nacional do Idoso, criando também o Conselho Nacional do Idoso, definindo suas normas de organização e gestão, e determinando a competência dos órgãos públicos quanto à questão do idoso. Essa lei tem como diretrizes básicas a promoção da autonomia, integração e participação do idoso na sociedade, garantindo-lhe sobretudo que deve ser amparado pela família, estado e sociedade, (I. R. DA SILVA, 1998, p. 30) bem como, tornou-se mais um dos marcos da institucionalização da temática.

De 1º a 3 de julho de 1996 o governo brasileiro, em colaboração com o programa Envelhecimento e Saúde, da Organização Mundial de Saúde, sediou o *Seminário Internacional Envelhecimento Populacional: Uma Agenda para o Final do Século*. Na ocasião, regulamentou-se a Lei nº 8.842/94, através do Decreto nº 1.948, de 03/07/96, que dispõe sobre a Política Nacional dos Idosos e estabelece, no capítulo I, art. 1º, a sua finalidade: “Assegurar os direitos sociais dos idosos, criando condições para promover a sua autonomia e efetiva participação na sociedade”. Ainda define no artigo 2º: “Considera-se idoso, para efeitos dessa Lei, a pessoa maior de 60 anos de idade.”

A Política Nacional do Idoso é coordenada pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, por intermédio da Secretaria de Assistência Social, que apóia, no âmbito dos Estados e Municípios, as seguintes ações:

1 - a criação de redes de proteção contra a discriminação e exclusão impostas ao idoso pelos estigmas da sociedade;

2 - a articulação com as demais políticas públicas, num enfoque integrado, para assegurar qualidade de vida e avanço nos índices de inclusão social, cultural, econômica e política desse segmento; e

3 - a promoção de serviços que assegurem ao idoso ser alcançável pelas demais políticas públicas, condição básica de inclusão no circuito de relações, oportunidades, bens e serviços usufruídos pelos demais grupos da sociedade. (BAKKER FILHO, 2000, p. 36).

Em 23 de setembro de 2003, após um compasso de espera de seis anos, é finalmente aprovado, no Senado Federal, o Estatuto do Idoso. Entre as medidas de proteção previstas por ele, as mais importantes são:

- a) preferência de atendimento no Sistema Único de Saúde;
- b) oferta de remédios gratuitos, especialmente os de uso continuado;
- c) os planos de saúde ficam impedidos de reajustar as mensalidades de forma diferenciada em razão da idade;
- d) para as pessoas com mais de 65 anos, haverá gratuidade nos transportes coletivos públicos;
- e) desconto de pelo menos 50% nos ingressos para eventos culturais e de lazer e acesso preferencial a esses locais; e

- f) nenhum idoso poderá ser objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, com penas de detenção. (ESTATUTO do Idoso é aprovado no Senado, 24 set. 2003)

Sem dúvida, a filosofia que orientou a política social de atenção à velhice, implica repensar os modelos institucionais existentes, reformulando toda a estrutura disponível de responsabilidade do governo e da sociedade civil. Acima de tudo, nunca se deve esquecer de que somente dotar o País de boa legislação não garantirá o exercício da cidadania. Essa é uma questão bem mais ampla e requer a participação efetiva dos cidadãos.

O peso do contingente longo, com certeza, contribuiu para que a sociedade concluísse que era necessário legislar no sentido de amparar aqueles cujas capacidades ficaram limitadas, sob pena de acarretar conseqüências mais desastrosas no convívio entre as gerações. Promover a cidadania, contudo, não é favor nenhum para com aqueles, cujo esforço, em plena atividade produtiva, ajudou a erigir e estruturar nossa sociedade como tal. Ao analisarmos pessoas da 3ª idade oriundas da zona rural, hoje no meio urbano, nossa pesquisa procurou averiguar se esse processo migratório está relacionado às buscas de benefícios sociais mais disponíveis na cidade.

Os sujeitos pesquisados fazem de sua condição de idosos, num momento de uma inclusão na sociedade atual, especialmente através de sua participação em núcleos de 3ª idade, onde novas relações com outras pessoas e com o ambiente são gestadas.

3.3 Idosos na sociedade de consumo: inserção ou conclusão?

Na sociedade contemporânea, sempre suscita polêmica quando se afirma que o idoso não recebe a atenção e o respeito que merece. As diferentes culturas têm, do mesmo modo, diferentes posturas no trato com os anciãos. Chopra (1999, p. 288) é enfático quando afirma:

Na Índia, onde fui criado, a idade ainda é sinônimo de sabedoria. No campo, as aldeias são governadas pelo *panchayat*, um conselho de cinco anciãos que ganharam respeito e autoridade por causa de sua idade venerável. No Ocidente, quanto mais se vive, mais se é suspeito de incompetência mental.

Pensa Beauvoir que o prestígio da velhice decresceu por se achar desacreditada. Pela ótica da sociedade tecnocrática, o saber não se acumula com os anos: torna-se, ao contrário, superado. Conseqüentemente, o avançar da idade acarreta a desqualificação. Os valores considerados são aqueles referentes à juventude. Porém, em contraponto à reflexão da autora, encontramos o movimento de preservação do patrimônio cultural e arquitetônico, bem como a restauração ou multiplicação de museus. Ambos possuem o intuito de preservar a memória social. (1970).

Bobbio (1997, p.20)., quando escreveu sobre sua própria velhice, assim concluiu:

Entendamo-nos, a marginalização dos velhos em uma época em que a marcha da história está cada vez mais acelerada é um dado de fato que é impossível ignorar. Nas sociedades tradicionais e estáticas, que evoluem lentamente, o velho reúne em si o patrimônio cultural de uma comunidade, destacando-se em relação a todos os outros membros do grupo. O velho sabe por experiência aquilo que os outros ainda não sabem e precisam aprender com ele, seja na esfera da ética, seja na dos costumes, seja na das técnicas de

sobrevivência. [...] Nas sociedades evoluídas, as transformações cada vez mais rápidas, quer dos costumes, quer das artes, viraram de cabeça para baixo o relacionamento entre quem sabe e quem não sabe. Cada vez mais, o velho passa a ser aquele que não sabe em relação aos jovens que sabem, e estes sabem, entre outras razões, também porque têm facilidade de aprender.

Sobre o mesmo tema, eis o comentário tecido por Neri, coordenadora da Pós-graduação em Gerontologia da Universidade de Campinas:

Em culturas de menor complexidade, nas quais a transmissão de conhecimentos dava-se de forma oral, havia a valorização dos mais velhos porque eles detinham o conhecimento. Isso lhes dava poder. Nas sociedades contemporâneas, o conceito continua o mesmo: quem detém a cultura tem destaque. Mas a ânsia pelo novo e pela rapidez de informação relega ao desprezo as pessoas que não compartilham desse mundo de consumo rápido. (REVISTA ISTO É, 07 maio 2003)

Não podemos negar, no entanto, que a pós-modernidade fez surgir a Aldeia Global, instalando um novo tipo de sociedade, onde há mais intercâmbio de informações e os valores locais são submetidos à cultura universalizante. As pessoas são impelidas a desempenharem diferentes papéis sociais, exigindo maior flexibilidade dos indivíduos. Os múltiplos modelos estão a conduzir a uma crise de desempenho e, portanto, de identidade.

O aumento do tempo médio de vida, a urbanização, o consumo homogêneo e o crescimento populacional favoreceram o fenômeno da massificação. A economia mundial encontra-se em crise, com a conseqüente incerteza e dificuldade quanto à futura sobrevivência da humanidade. Vale lembrar que a "crise" talvez sirva de justificativa para a concentração da riqueza. A considerar a concentração da economia em poucas mãos, parece que não existe crise. Se a crise fosse geral e igual para todos, os países desenvolvidos não estariam cada vez mais ricos, isto é, a distância só cresce, gerando esse enorme fosso entre os povos. Em contrapartida,

o consumismo é apontado como resposta ao sentido da vida, como se ele preenchesse as angústias e ansiedades provocadas pela crise.

Na sociedade de consumo, há um forte apelo para que os idosos se mantenham consumidores. Nessa faixa etária, via de regra, já não há mais aquela ambição por aumentar o patrimônio nem mais encargos com a criação e educação dos filhos. Além do mais, as pesquisas recentes demonstram-nos que há um novo perfil de idosos, afirmando que têm um nível cultural em ascensão, moram sozinhos e são economicamente independentes. (SABÓIA, 26 jul. 2002) Tais fatores contribuem para que ainda mais o mercado dirija-se para seus interesses. Há uma infinidade de lazer, como turismo, eventos festivos e recreações que os convidam a gastar os recursos de que controladamente dispõem.

Ao analisar a retórica da velhice no mundo consumista, Bobbio afirma que as mensagens televisivas são uma forma disfarçada de atentar a bondade e reverência eficiente de desembolso dirigida aos eventuais novos consumidores. Nessas mensagens, o ancião, não velho, termo mais brando, é mostrado como bem apessoado, sorridente, feliz de estar no mundo porque pode, enfim, desfrutar de um tônico particularmente atrativo. E assim também ele se transforma em um celebradíssimo membro da sociedade de consumo, trazendo consigo novas demandas de mercadorias, bem-vindo colaborador da ampliação do mercado. O autor prossegue, explicando que essa representação é falsa, uma fórmula banal, adaptada à sociedade de consumo, que substitui o elogio do velho virtuoso e sábio. (BOBBIO, 1997, p. 26).

Na verdade, os sofisticados meios de comunicação apontam para padrões de cultura universais, bonitos e sedutores, com a eterna vontade de viver da juventude. Não é por acaso, portanto, que surge a substituição do termo pejorativo “velhos”

pelo termo mais brando "3ª idade" , para expressar novos padrões de comportamento de uma geração que se aposenta e envelhece ativamente.

Há uma forte tendência para uma revisão de tais estereótipos em torno das pessoas cronologicamente bem dotadas. Debert (1999, p. 14) acredita que "A idéia de um processo de perdas tem sido substituída pela consideração de que os estágios mais avançados da vida são momentos propícios para novas conquistas, guiadas pela busca do prazer e da satisfação pessoal".

Não é raro encontrarmos hoje pessoas de idade avançada totalmente atingidas pelos novos modelos apregoados. Elas buscam na ciência o mito da eterna juventude. Na medicina, procuram adotar os recursos como implante de silicone, pílulas que estimulam a sexualidade, cirurgias plásticas, entre outros. Tudo para estarem em adultescência, isto é, embora cronologicamente adiantadas, manter-se com valores adolescentes. O estilo hedonista apregoado pela sociedade pós-moderna ocasionou a frequência de pessoas envelhecidas em academias de ginástica, a adoção um guarda-roupa leve e alegre e um comportamento sexual espontâneo, livre e sem compromisso. Os idosos com alto poder aquisitivo são os próprios patrocinadores dessa nova fórmula de viver, enquanto os pobres contam com associações de fundo filantrópico e grupos de ajuda para vivenciarem o novo advento.

Contudo, para Carvalho Neto (2000, p. 141):

Por mais sedutores que sejam os modelos simbólicos idealizados e esteticamente apresentados para bem-viver, a responsabilidade para vivenciá-los mostra-se a quem das expectativas. Nem sempre conseguem resolver o vazio existencial , o enfrentamento das limitações físicas e psíquicas ou a proximidade da morte. É quando se percebem a dissolução e instabilidade da personalidade.

Verifica-se uma profunda ambigüidade na sociedade de consumo e do descartável. Em plena entrada do século XXI, a tentativa de viver um novo conceito

de velhice encontra oposição por grande parte das novas gerações que classificam o comportamento de seus avós e pais como escandaloso e ridículo. A cultura de inspiração capitalista, que, cada momento suspira pelo novo, pelo giro de mercadorias, a cultura que considera o velho como dispensável, desqualificado, e até como reciclável ou descartável, está profundamente enraizada no meio social. Segundo Novaes (1997, p. 56): “[...] há uma conspiração da sociedade moderna em relação aos velhos, exigindo que eles *vivam em seu tempo* [...]”

De certa forma, estamos vivendo mesmo um profundo paradoxo: o convite para ser um consumidor contumaz ou um objeto a mais entre os produtos rejeitados. Da mesma maneira, os homens e as mulheres que atingem maior grau de expectativa de vida, encontram-se inseridos num mundo profundamente estranho para eles, devido ao alto grau de desenvolvimento científico e tecnológico, que apresenta ferramentas os quais eles não dominam. Se antes representavam um arquivo vivo do saber, da tradição, dos cultos e valores a serem transmitidos oralmente para as crianças e os jovens, hoje são substituídos pelos arquivos das bibliotecas, computadores, TV, entre outros meios de informação.

Realmente, estamos diante de um impasse. A espécie humana sempre almejou a utopia da imortalidade, do sonho da eterna juventude. Agora, atingidos muitos dos seus objetivos, surgem novos obstáculos a serem ultrapassados. Na verdade, há duas posturas diante dos privilegiados pela longevidade. Se, por um lado, estão encontrando resistência fundamentada principalmente no preconceito, ou quem sabe, no temor de que possam continuar ocupando espaços invejados pelas novas gerações, por outro, grande parte deles já venceu esses limites, encontrando-se em consonância ou com um diálogo tensionado com os mais jovens.

O que podemos constatar é que, gradativamente, o contingente da terceira idade está a se organizar, buscando sua valorização na medida em que visam

também a novos papéis sociais, aceitando desafios e novas tarefas, numa ressignificação da velhice. É o momento, portanto, de provocá-los e de convocá-los a desempenhar papel relevante na onda ambientalista. A sua vivência, com certeza, credencia-os a falar de meio ambiente, e, levando em conta o tempo disponível, eles até demonstram vantagem para inserir-se e adentrar-se nessa luta que, de alguma forma, é de todos os habitantes do planeta que em algum momento se sensibilizaram ante os problemas ambientais.

Observa-se que tal grupo emergente está a ocupar, gradualmente, espaços antes reservados somente aos jovens e adultos em plena atividade. A 3ª idade é tema para especializações na área médica, investimentos turísticos e até inspiração para obras de arte, como nos demonstra o recente filme "Copacabana", sucesso de bilheteria, que retrata esse universo através da figura de Alberto, fotógrafo, que, às vésperas de completar 90 anos, relembra momentos marcantes de sua vida, os quais, não por acaso, confundem-se com a história do bairro carioca. Carla Camurati, cineasta da obra, frisa que baseou seu trabalho nos estudos da Organização Mundial da Saúde, que apontam Copacabana como o bairro com maior concentração de pessoas com idade superior a 60 anos por metro quadrado do mundo. (COPACABANA velha de guerra, 16 ago 2001)

É importante constatar como as pessoas em idade avançada têm conseguido ultrapassar os obstáculos que se opõem às tentativas de viver num mundo alheio à sua formação e até aos seus princípios e valores. Há um perigo, contudo, nessa experiência. Na tentativa de uma integração ainda maior, os idosos e idosas podem envolver-se na "onda consumista", absorvendo hábitos perniciosos à sua saúde, ao bem-estar do meio ambiente, ou também, ao comprometimento de seus valores introjetados, causando-lhes até conflitos internos.

3.4 Terceira Idade: de ex-cidadãos a novos atores sociais

O que era velho e usado e comumente se considerava como lixo, é agora “reciclado”, ampliando a utilidade dos objetos velhos por mais tempo, evitando que a terra fique sobrecarregada de entulhos. Quanto aos velhos e velhas, não são jogados ao lixo, mas seguramente não se faz o suficiente quanto à sua reciclagem. Erikson em sua obra, *O ciclo de vida completo* alerta-nos para o fato de que, embora documentos históricos, antropológicos e religiosos registrem que os anciãos longevos de épocas antigas eram aplaudidos e reverenciados, a resposta deste século aos indivíduos velhos geralmente é de escárnio, palavras de desprezo e inclusive repulsa. Se lhes é oferecida ajuda, ela tende a ser exagerada. Aos idosos é oferecida uma 2ª infância nem um pouco divertida. Assim ele se expressa: “ Até agora, não foram adequadamente imaginados e planejados programas e arranjos de vida para incorporar os anciãos à nossa sociedade”. (ERIKSON, 1997, p. 97-98).

De forma geral, a nossa sociedade não prevê um papel específico ou uma atividade para os velhos. Sua identidade quase sempre é perdida, passa a ser o “vovô” ou a “vovó”. Enfim, uma existência sem significado. Para Beauvoir (1970, p. 13), “a sociedade determina o lugar e o papel do velho.” Portanto, ele não tem o direito de optar nem decidir.

Com efeito, a sociedade oferece-nos as lentes sob as quais vemos a velhice. Conforme Bosi (1987, p. 36) “Quando se vive o primado da mercadoria sobre o homem, a idade engendra desvalorização. A racionalização, que exige cadências cada vez mais rápidas, elimina da indústria os velhos operários”.

Somam-se a essas observações, os comentários de Porto (2002, p. 133):

O idoso responde com uma conduta compatível ao que lhe é atribuído pela sociedade. Muito mais do que o envelhecimento biológico é o envelhecimento sociogênico, o maior responsável pelos martírios da velhice, ou seja, pelos papéis impostos ao ser humano, quando atinge determinada idade cronológica.

O aumento vertiginoso da população idosa e a conseqüente pesquisa em torno do fenômeno tem conduzido a sociedade a repensar a 3ª idade como um aspecto crucial da atualidade. Envelhecer passou a ser considerado um ciclo de vida, assim como é o nascer e crescer. Portanto, não é só uma fase de doença e morte e, sim, um momento de reativar novos sentidos.

Aos poucos, começa a construir-se uma nova imagem do idoso e do envelhecer, influenciada fortemente pela mídia que ora cede espaço para essa categoria que busca um território social com mais dignidade, consciente de seus direitos e deveres.

Não restam dúvidas de que sempre existirão idosos que irão sucumbir diante das limitações advindas do tempo vivido, para os quais, cada dor, cada perda, representará uma humilhação, um ultraje. Contudo, hoje há uma forte tendência de uma visão mais otimista da ancianidade.

Não necessariamente precisamos ser eufóricos ou visionários. Mas os exemplos estão a comprovar que pessoas com idade avançada, podem manter alto nível de ação e de produtividade em profissões liberais, atividades intelectuais em geral e nas artes. Como adverte-nos Guidi (1994, p. 149), "[...] não há limite para o trabalho, para estudar e aprender, para realizar-se plenamente. É só selecionar e entrar no jogo da cultura, do fazer, das relações sociais, do pensar e do sentir, procurando definir a nova identidade social." Mesmo assim, vale lembrar que esse otimismo não pode ser aplicado numa perspectiva universal.

Só para lembrar, Michelangelo viveu até 89 anos e pintou até o final de seus dias, e Verdi compôs Falstaff aos 80 anos. Podemos citar outros gênios em idade avançada como Picasso, Gandhi, Einstein, Freud, entre tantos outros. No Brasil, Austregéliso Atayde, Oscar Niemeyer, Procópio Ferreira, Eleazar de Carvalho e muitos outros famosos ou anônimos.

Chopra, em sua obra *Corpo sem Idade, Mente sem Fronteiras*, afirma que podemos aprender a comandar o modo como nosso corpo metaboliza o tempo. Utilizando seus conhecimentos de medicina psicossomática e, aliando os recursos que hoje existem para retardar a velhice, ele assegura ser possível evitar os efeitos desagradáveis do avançar da idade. Para ele, é possível reformular o processo do envelhecimento quando se usa adequadamente a conexão mente/corpo. Numa visão quântica, assim se expressa:

Somos as únicas criaturas na face da terra capazes de mudãr nossa biologia pelo que pensamos e sentimos. Possuímos o único sistema nervoso consciente do fenômeno do envelhecimento. Leões e tigres velhos não percebem o que está acontecendo com eles – mas nós, sim. E porque somos conscientes, nossos estados mentais influenciam aquilo de que temos consciência. (CHOPRA, 1994, p. 15)

Compartilhando essa visão inovadora e otimista do envelhecer, Monteiro (2001, p. 27-28) reforça a idéia de que:

O tempo não é o inimigo, mas, sim, totalidade, existência, possibilidade de realização e cumprimento de nossa passagem do rio da vida. É através do tempo, que nutre o fruto da experiência de toda uma vida, que podemos modificar as perspectivas e direções a serem tomadas em nossa trajetória, usufruindo de nossas escolhas para que possamos contribuir na orientação dos mais novos, criando, dessa forma, comunidades sustentáveis.

Mais do que nunca torna-se urgente o velho reassumir seu papel de sábio e a função de referência. As famílias precisam reestruturar-se para aceitar as novas

atitudes desses longevos. A velhice, quando bem aceita, emerge com uma gama de possibilidades. Todos os ideais perseguidos na juventude ainda estão latentes e podem crepitar novamente, bastando a estimulação. Envelhecer, não é adoecer. É Loureiro (1999, p. 82) quem destaca que “O processo de envelhecimento inclui perdas e aquisições, mas não se perde o que não se tem. Se desencantos existem, hoje, é por que encantos existiram. Há sempre a possibilidade de se encantar, de se desencantar e é possível se reencantar”.

Envelhecer com sucesso, evidentemente exagerando, podemos inclusive ressaltar depende, ademais, de sorte. Isso, naturalmente, se considerarmos o fato de existir um risco de ser atingido por doenças sem a certeza de cura. Num outro sentido, ainda depende, em grande medida, do “berço” onde nasceu. Há pessoas que atingem idades avançadas com muita saúde, e outras não. Certamente, porém, varia de pessoa a pessoa, principalmente se houver o desejo de viver mais e melhor. Sem dúvida, a velhice é, pois, uma questão de autoconhecimento.

A partir dos anos 60, começaram a surgir iniciativas que pudessem promover o envelhecimento bem sucedido. Debert aponta os programas do Serviço Social do Comércio (SESC) como pioneiros ao abrirem espaço para que associados de mais idade pudessem se reunir e executar uma série de atividades diferenciadas, como de lazer. A mesma autora lembra que tais iniciativas proliferaram-se na década de 80, quando Conselhos, Comitês e Comissões foram surgindo para assessorar a administração pública nos âmbitos municipal, estadual e federal no tratamento da pessoa idosa. (DEBERT, 1999, p. 144-145).

Debert exemplifica como iniciativas importantes que se aliaram ao SESC, a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e as Universidades para a Terceira Idade,

mencionado o papel de destaque que os meios de comunicação social têm dado ao tema: "A celebração do envelhecimento não é exclusiva dos programas para a terceira idade ou dos grupos de convivência de idosos, mas tem na mídia o palco central para a criação e divulgação das novas imagens." (DEBERT, 1999, p. 209).

De fato, a 3ª idade tem ocupado espaço considerável em artigos de jornais, matérias em revistas de grande circulação e programas de TV. A Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu, em 1999, o Dia Internacional do Idoso, sendo comemorado em 1º de outubro, e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), no ano de 2003, elegeu como tema da Campanha da Fraternidade: *Vida, Dignidade e Esperança_ Fraternidade e Pessoas Idosas*.

Os longevos hoje são motivos para filmes, como o recente sucesso de bilheteria: *Amor, eterno amor*, uma co-produção belgo-australiana, que encara com tranqueza, sem obviedades, um tema nada fácil: a paixão e o desejo na 3ª idade. Muito a propósito, também, é a produção italiana, protagonizada por Marcelo Mastroiani, retratando a delicada relação dos idosos com seus filhos, intitulada *Estamos todos bem*.

Os idosos são personagens de novela em horário nobre como é o caso do folhetim *Mulheres Apaixonadas*, de autoria de Manoel Carlos, na qual mostrava um casal sendo maltratado pela neta. Esse e outros episódios tentam promover um debate, estimulando iniciativas em favor deste grupo, que representa parcela significativa da população.

Porém, em muitas outras encenações, e nos anúncios publicitários, é apresentada uma outra faceta. Homens e mulheres em idade mais avançada são escolhidos para demonstrar poder e riqueza acumulada, bem como figuras

envolvidas em relações afetivas com indivíduos mais jovens, com o objetivo de revolucionar a moral sexual vigente, denunciar a corrupção política ou adotar estilos de vida alternativos.

Na maioria das vezes, o espaço dedicado à terceira idade não evidencia os aspectos negativos dessa fase da vida, quando o velho é relegado ao descaso, ao desprezo, como se estivesse vivendo um momento dramático na vida. A mídia tenta prometer a "eterna juventude," incentivando-os a um novo vestuário, novas formas de lazer e de relacionamento com o próprio corpo, com a família e com os amigos. Atualmente, os meios de comunicação visam criar um novo ator, tentando induzi-lo a um novo estilo de vida, sem defini-lo como quem está na última etapa da vida. O objetivo é criar novas regras de comportamento e de consumo de bens específicos, indicando como devem proceder aqueles que não se sentem velhos e consideram o momento em que vivem, propícios ainda para realizações pessoais e até lutas políticas.

Observa-se que, a cada matéria apresentada na televisão revelando o drama da velhice abandonada em filas de hospitais e asilos, sucede-se outra reportagem que apresenta velhos continuando a desenvolver atividades criativas, escrevendo livros ou expondo trabalhos artísticos.

A partir da concepção de que viver longamente deve coincidir com viver com qualidade de vida, é necessário que a terceira idade, por excelência exerça direitos de cidadania, que não se limite a conquistas legais ou acesso a direitos abstratos e formais. É preciso que se reintere de novos direitos advindos de suas próprias lutas específicas e concretas, os quais emergiram com o advento da longevidade. Sobretudo, convém a esses sujeitos que se mostram ativos socialmente definir suas necessidades para exercerem dinamicamente seus papéis de novos atores sociais.

Espaços privilegiados, capazes de incrementar a democracia nessa etapa da vida, são os “grupos de terceira idade” e as “associações de aposentados.” Como exemplo, Castro (1998, p. 42-43) lembra que, na universidade da terceira idade, é possível chegar ao autogerenciamento dos pequenos grupos, através da co-gestão, representada pela assessoria oferecida aos coordenadores de oficina. Ela explica que o trabalho no grupo, pelo grupo é um processo que se faz, avalia e reformula constantemente, mobilizando conteúdo eminentemente humano e promovendo um movimento instituinte. Isso se traduz numa possibilidade de novas formas de pensar o envelhecimento e de estimular a contribuição do idoso em atividades criativas.

Precisa-se acreditar que o significado de velhice, diretamente ligado ao de produtividade, no contexto da sociedade industrial capitalista, relegando o velho a um lugar social sem função definida, está com os dias contados, até porque a nossa sociedade tem se mostrado mais sensível e aberto espaços para que experiências inovadoras do envelhecimento possam ser vividas.

Sem dúvida, o crescimento vertiginoso do número de aposentados, fez-se acompanhar de um poder político porque, hoje, esse contingente que está a exigir mais, e implementar demandas políticas, pode decidir com seu voto os destinos de uma eleição.

Debert (1999, p. 137) afirma que as associações dos aposentados acabaram por se transformar em interlocutores políticos legítimos dos interesses dos aposentados. A outra face da visibilidade dessa categoria está demonstrada de maneira genérica no que ela chama de “programas para a terceira idade”, como os “grupos de convivência dos idosos”, as “escolas abertas para a terceira idade” e as “universidades para a terceira idade”.

Existem vários tipos de associações de aposentados, como aquelas ligadas à empresas estatais, as associações sindicais, as associações ecléticas, que reúnem aposentados de diferentes categorias profissionais, e as associações “nascidas de interesse político”. Segundo a análise de Debert (1999, p. 169), embora divergentes em suas formações, no público mobilizado e na categoria de lideranças, o que move o cotidiano em suas sedes é a prestação de informações sobre direitos e mudanças nos direitos dos aposentados e a condução de processos na Justiça. Periodicamente, são publicadas informações e, eventualmente, há conferências, encontros, congressos, que tanto podem discutir temas específicos, como conclamar a participação em manifestações, passeatas pelos direitos dos aposentados.

Como podemos observar, os velhos deixam de ser uma massa sem nome e sem rosto. Fazem questão de serem identificados, também, como uma categoria reivindicatória. “Os aposentados são a maior categoria profissional deste país, com 13 milhões de pessoas. Não se fazem políticos nem se faz política econômica sem o seu apoio.” (DEBERT, 1999, p. 174).

Conforme vimos, na referência à heterogeneidade do processo de envelhecer, homens e mulheres evidenciam condutas diferentes de perceberem e viverem a 3ª idade. Como novos atores, igualmente manifestam formas distintas de se contraporem a estereótipos e discriminações que envolvem essa etapa da vida.

A figura masculina quase sempre se envolve como militante em associações e introjeta o personagem de aposentado, ex-trabalhador, e nunca de idoso. Ele se representa como alguém que trabalhou arduamente durante toda a vida e, no momento da inatividade, encontra-se numa situação crítica, com dificuldade de manter a família. Julga-se, portanto, como um provedor do lar, e não um sujeito interessado apenas na sua sobrevivência econômica, psicológica ou social. Sua

atuação não deixa de ser, também, uma negação à velhice, isto é, à inutilidade. Ele crê que sua luta beneficiará jovens e velhos e a sociedade como um todo.

Sem dúvida, essas associações têm conseguido constituir-se em uma nova "moeda política", sendo suas lideranças convocadas a participar de debates e de reuniões de especialistas voltados para as questões do envelhecimento, bem como até têm conseguido eleger representantes legislativos. Com uma dinâmica e vivência coletiva distinta, tais associações alegam ser "lugar de fazer política, e não lazer", como os "programas de terceira idade". Freqüentadas por maioria masculina, são acusadas, muitas vezes, de possuírem "ares machistas", onde a mulher tem pouca vez e voz. Esse comportamento, de certa forma, é até compreensível, porque era esse o espírito que vigorava em relação ao gênero entre as pessoas dessa geração.

Independente dessa questão cultural arraigada pelos homens em discriminar as mulheres, o laço social estabelecido pelos grupos de associados é de importantíssima valia, visto serem os resultados por eles atingidos de relativa agilidade e pouco custo. Centradas nos aspectos jurídicos e financeiros de suas questões, abrangem todos os beneficiários de seus direitos, sem levar em conta o capital social e cultural de seus associados. Quem não lembra da luta pelos 147%, em 1991, que levou às ruas suas manifestações, sensibilizando a opinião pública e os parlamentares, culminando com a conquista de suas reivindicações?

Essa decisão histórica no País repôs as perdas no montante das aposentadorias e pensões, que perderam seu valor real ao longo do processo inflacionário dos anos 80, e constituíram-se num símbolo da luta dos aposentados.

Debert (1999, p. 181-182) assim sintetiza: "O movimento dos aposentados pretende estabelecer uma aliança com outros setores desprivilegiados da

sociedade na luta pela redistribuição da renda e pelos direitos sociais. Nos programas para a terceira idade, o acento é posto nas mudanças culturais.”

Isso dito, conclui-se que, nos programas para a terceira idade, o capital cultural e social, portanto, é fundamental nas opções feitas, porque não tem o caráter universalizante de luta por direitos legalmente assegurados, presentes nas associações de aposentados.

Os programas absorvem, preferencialmente, o grupo feminino, com perfil sócio-econômico distinto: atendem a classes populares, médias e até altas, porque suas atividades variam desde trabalhos manuais, recreações, bailes, passeios, excursões, ginástica, até conferências, seminários e congressos que exigem produção intelectual.

Embora haja uma diversidade de propostas, de recursos disponíveis e de público mobilizado, a tônica dos programas é promover a auto-estima e lutar contra os preconceitos. Seus promotores entendem que a dívida social atribuída aos mais jovens e à sociedade, com os idosos, deve ser reconhecida e paga, sendo uma questão de justiça social promover uma velhice bem sucedida.

Agrupadas por interesse, as pessoas idosas estão redesenhando um novo perfil de categoria, provando que a 3ª idade é um período de vida a ser vivido de forma profíqua e intensiva.

Embora destinadas predominantemente a um terreno feminino, esses programas não excluem os homens e desempenham um importante papel na reconstrução da cidadania, na medida em que evidenciam as potencialidades presentes nessa faixa etária, valorizando as qualidades particulares, resgatando a auto-estima e, conseqüentemente, incentivando a uma participação mais efetiva em questões políticas, não só de interesse próprio, como da sociedade em geral.

O sucesso de tais programas é atestado porque, gradativamente, não só estão sendo procurados por pessoas com menos idade, que os consideram um espaço ideal para se prepararem para a velhice propriamente dita, como também oferecem oportunidade de convívio com gerações mais envelhecidas, igualmente participantes e disponíveis para novos aprendizados. É possível o encontro entre pessoas com mais de 20 anos de diferença que, da mesma forma, buscam novas formas de expressão e enriquecimento.

Porto (2002, p. 141) assim analisa essa convivência:

No Grupo de Convivência, os sujeitos declaram que se sentem felizes, crescem pessoalmente, redescobrem-se para a vida. Além disso, têm oportunidade de exercer várias atividades, ajudar os outros e se manterem atualizados através da Educação Continuada. Aspectos como esses são indicadores de ações que configuram o comportamento do cidadão. É tão importante a manutenção desse vínculo até o final da vida, que a saúde física e psicológica manifesta-se favoravelmente em decorrência dessas ações construtivas.

Podemos concluir que ninguém consegue mais mostrar-se alheio a essa categoria emergente, que é a terceira idade. Embora em universos diferenciados, homens e mulheres idosos reciclam-se, tornando-se autores, atores e personagens: um público masculino preocupado com a redistribuição da riqueza e com os direitos do cidadão, e um público feminino empenhado em promover mudanças no terreno cultural, bem de acordo com os novos movimentos sociais.

Essa nova postura que a terceira idade permitiu-se adotar, e o conseqüente novo enfoque, que imperativamente a sociedade teve de adotar em relação aos idosos, estão, com certeza, imersos nos objetivos e nos interesses da Educação Ambiental que visa, sobretudo às questões sócio ambientais, "uma vez que questiona os valores, os modelos vigentes e propõe relacionamentos mais harmônicos entre todos os seres vivos do planeta". (PÁDUA, 1997, p. 7-9).

Nos dois últimos capítulos, fizemos um estudo que constatou o vertiginoso crescimento da população situada acima dos 60 anos, caracterizada hoje como 3ª idade. Esse volume populacional está a causar expectativas e preocupações quanto ao futuro em virtude dos necessários arranjos na reorganização social. Analisamos, além disso, como as gerações em plena atividade "olham" para os mais velhos, destacando-se os aspectos estereotipados, típicos da sociedade capitalista, onde tudo é planejado para entrar em obsolescência, onde, conseqüentemente, o velho é tido como alguém ultrapassado e um objeto em desuso.

Nosso trabalho transitou pelas constatações das pesquisas que estudam as causas do envelhecimento e pelo modo como a ciência tem se preocupado em desvincular velhice de doença, pois, embora os recursos técnicos tenham evoluído consideravelmente, os efeitos do passar dos anos ainda são pouco controláveis. A heterogeneidade do fenômeno torna-se evidente na medida em que os trabalhos científicos comprovam o quanto cada indivíduo possui sua trajetória diferenciada rumo ao envelhecer. Procuramos discorrer sobre a importância que a temática adquire ao longo dos anos e, principalmente, como, nas últimas décadas, as investigações foram necessárias para que se elucidassem com mais eficiência os ciclos da vida.

Narramos as principais conquistas dos idosos, traduzidas em legislações específicas e políticas públicas, e as principais dificuldades encontradas por grande parte deles em saber equacionar os apelos de que são alvos, após serem descobertos como consumidores em potencial com as reais necessidades de se manterem ativos e saudáveis. Por conta da valorização adquirida com as demonstrações de que são capazes de continuar desempenhando papéis até então ocupados ou assumindo novas funções, os idosos e idosas, no momento,

constituem-se em novos atores sociais com peso inclusive nas decisões políticas. Optamos por aprofundar esses aspectos relativos aos idosos e idosas porque entendemos ser importante caracterizá-los no contexto, a fim de que possamos compreender melhor suas representações a respeito do meio ambiente e do seu envolvimento com ele.

Nossas questões de pesquisa buscam detectar o "olhar" que as pessoas de 3ª idade têm a respeito do meio ambiente e, por isso, julgamos relevante conhecer melhor como procedeu a caminhada desses "seres quase invisíveis" até a atual presença na chamada "melhor idade". Como objetivamos colher juízos próprios acerca da preservação ou da depredação do meio ambiente sobre os efeitos do mau uso dos recursos naturais na saúde, entre outros aspectos, entendemos que precisaríamos aprofundar sobre as reais possibilidades de discernimento deles. Entre nossas indagações, figura como merecedor de consideração o aspecto concernente ao envolvimento dessas pessoas oriundas da zona rural e, hoje, integradas no meio urbano, em uma experiência coletiva, o grupo de convivência. Uma vez que visamos a um projeto de Educação Ambiental, tornou-se necessário indagarmos até que ponto essa geração é capaz de abarcar idéias inovadoras. Esta pesquisa teórica fundamentou nossa pesquisa empírica que busca colher, junto ao grupo de 3ª idade Acanguaçu, as informações pretendidas sobre EDUCAÇÃO – MEIO AMBIENTE – 3ª IDADE.